

# CONFLITO Ministério Público Federal quer apuração sobre atos de violência e deve pedir indenização aos índios Procurador pede abertura de inquérito

**LUIZ FRANCISCO PATRICIA ZORZAN**  
 enviados especiais a Porto Seguro

O Ministério Público Federal em Ilhéus (BA) requisiu ontem à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar os atos de violência praticados contra índios e o ex-presidente da Funai Carlos Marés.

O confronto entre a PM e os índios aconteceu no último sábado, durante a tentativa de um protesto contra os 500 anos do Brasil.

Também foi encaminhado à Justiça de Santa Cruz Cabralia um requerimento solicitando a apuração dos "crimes que foram praticados contra os civis envolvidos na manifestação", segundo o procurador Paulo Fontes.

O procurador disse ainda que vai solicitar da União e do governo da Bahia o pagamento de indenizações por danos morais causados à coletividade indígena.

Pontes acrescentou que os inquéritos vão apurar eventuais improbidades administrativas por cerceamento do direito de manifestação pública. "Os governos federal e da Bahia devem ser responsabilizados pelos tumultos e transtornos causados aos índios."

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade ligada à Igreja Católica, anunciou ontem que entrará com uma representação por abuso de autoridade con-

tra a Polícia Militar baiana junto ao Ministério Público Federal.

A intenção do Cimi é que o comandante das tropas, coronel Wellington Müller, também seja responsabilizado pela ação.

A entidade solicitará ainda uma audiência especial na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar a participação do governo Fernando Henrique Cardoso no episódio.

Devido à presença do presidente em Porto Seguro, a ação foi comandada pelo general Alberto Cardoso, ministro do Gabinete de Segurança Institucional.

O vice-presidente do Cimi, Saulo Ferreira Feitosa, acusou FHC de ter tentado manipular os índios da região. Segundo ele, nunca houve pedido dos índios para um encontro com o presidente.

"O governo tentou cooptá-los e conseguiu até um lista de assinaturas, em que o texto do convite foi escrito depois", disse.

Masserdotti e o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomas Balduino, prepararam uma carta a ser enviada a todos os bispos do país solicitando, durante a missa de amanhã, o questionamento a respeito da ação da PM no último sábado.

A missa marcará ainda o início da Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acontecerá neste ano em Porto Seguro.

Colaborou Armando Antenore, enviado especial a Porto Seguro



**BAIXA** O índio José Carlos Araújo Ferreira, 20, descansa em pousada em Porto Seguro. Segundo o Cimi, ele foi o mais grave ferido do conflito de sábado, com dois tornozelos e a perna esquerda atingidos por bomba. Membro da tribo xucuru kariri, ele disse que só carregava uma faixa. Eleitor de FHC, algo de que diz se arrepender agora, ele tem sua estadia e remédios custeados pela Funai

## Coronel critica entidades

da Agência Folha, em Salvador

Dois dias depois de comandar a repressão aos protestos em Santa Cruz Cabralia (BA), o coronel da Polícia Militar da Bahia Wellington Müller, 44, disse ontem acreditar que os 2.000 índios participantes da manifestação "Brasil, Outros 500" foram "enganados" por representantes do Cimi, da Funai e dos partidos de oposição.

"Dias antes das comemorações, estava tudo certo para que 15 caciques entregassem um documento ao presidente (Fernando Henrique Cardoso), mas eles desistiram porque foram insultados pelo presidente da Funai (Carlos Marés) e por outras organizações que não acompanham de perto a realidade deles", disse.

O coronel afirmou também que

não houve "excessos" na ação.

"Se houvesse qualquer tipo de excesso, teríamos registrado vítimas fatais e centenas de feridos. Fizemos tudo de acordo com a Constituição, que nos dá o direito de agir de forma preventiva e repressiva para garantir a nossa soberania", disse Müller. A operação segue até o fim do mês.

O secretário-adjunto do Cimi, Roberto Liebgott, acusou o coronel Müller de ser "mentiroso" e de ter descumprido acordo com os índios. "O coronel havia garantido que os índios teriam livre acesso a Porto Seguro em reunião antes do conflito com representantes do Ministério Público Federal e da OAB e com parlamentares e o presidente da Funai. Na verdade, ele havia preparado uma emboscada para os índios", afirmou.

## Weffort defende operação na BA

da Sucursal do Rio

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, voltou ontem a defender a repressão aos protestos realizados em Porto Seguro no sábado e a criticar os manifestantes.

"Foi como se alguém convidado para uma festa de casamento cuspiasse no chão da sala", disse Weffort, referindo-se aos manifestantes.

O ministro da Cultura, que participou ontem pela manhã no Rio da abertura da exposição "A Arte do Azulejo em Portugal no Século 20", no Museu Histórico Nacional (centro da cidade), disse que a manifestação "arranhou a imagem do Brasil no exterior" e que houve "um conflito anunciado

para fins de mídia".

A exposição foi aberta pelo presidente de Portugal, Jorge Sampaio, que não falou aos jornalistas, mas, em seu discurso, fez uma referência indireta aos incidentes de Porto Seguro.

"Quem como eu já percorreu 40 anos de vida adulta, que conspirou contra a ditadura, que fez parte das greves acadêmicas, que também atirou pedras contra a polícia — e tem honra disso porque respeita hoje a polícia —, sente que o Brasil hoje é outro", afirmou em discurso.

O ex-presidente português Mario Soares, hoje membro da comissão que organizou as comemorações dos 500 anos de descobrimento, disse que houve "al-

guns pequenos erros de cálculo" nos eventos de sábado.

"Suponho que, se os presidentes tivessem ido aos índios, a questão não tinha tomado o caráter que tomou." Ele não quis comentar a atuação da polícia.

O ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, que estava no Rio, não compareceu à inauguração da exposição. De acordo com sua assessoria, Greca passou rapidamente pelo museu, depois da saída do presidente Jorge Sampaio, e voltou ao hotel Copacabana Palace, onde está hospedado.

**Índios perdidos**

Dois índios da tribo dos terenas foram encontrados domingo à tarde vagando perdidos nas re-

dondezas da rodoviária do Rio (na zona portuária).

Os irmãos Lucas, 52, e Luiz Paiva Flores, 37, chegaram domingo ao Rio, vindos de Porto Seguro, onde participaram da conferência de povos indígenas. Os dois representavam uma aldeia que fica perto de Dourados (MT).

De Porto Seguro, decidiram ir ao Rio procurar uma mulher identificada como Jane, ligada, de acordo com os índios, à igreja presbiteriana. "Ela nos ajuda, leva roupas e sapatos para a tribo. A situação lá está difícil e a gente veio pedir ajuda", disse Lucas.

Os dois foram encontrados por guardas municipais e levados para o quartel da instituição, onde estão hospedados.

## Denúncias incluem Maciel

da enviada a Porto Seguro

Entre os casos a serem relatados pelo Cimi à Comissão Interamericana de Direitos Humanos está o de uma propriedade supostamente ocupada por parentes do vice-presidente Marco Maciel em Pernambuco.

De acordo com Feitosa, a demarcação da terra estaria sendo atrasada por FHC devido a esse suposto parentesco de Maciel com os ocupantes da propriedade no Estado.

A Folha não conseguiu ouvir o Palácio do Planalto sobre a acusação do Cimi.

## Defeito atrasa nau pela segunda vez

**MARCOS VITA**  
 da Agência Folha, em Salvador

A réplica da nau capitânea de Pedro Álvares Cabral, que custou R\$ 3,5 milhões e ficou de fora das comemorações dos 500 anos em Porto Seguro por problemas no lastro, zarpu de Salvador no começo da noite de ontem, mesmo depois de ter apresentado defeitos na amarração dos mastros e das vergas (peças de madeira que cruzam os mastros).

No começo da tarde, a embarcação tentou partir pela segunda vez para Porto Seguro, mas apresentou os novos problemas antes de deixar a Baía de Todos os Santos.

De acordo com o comandante Cláudio José da Mota, gerente de construção da nau, o defeito foi sanado no final da tarde. A previsão é que a nau chegue hoje à tarde a Porto Seguro.

As festividades vão até o fim do mês, tendo como a reprodução da primeira missa no Brasil, que irá ocorrer amanhã, como último ponto alto.

"Os problemas são naturais quando se constrói uma embar-

cação desse tipo a toque de caixa", afirmou Mota. O comandante disse que, apesar de ter sido iniciada em julho de 98, a construção da nau ficou, de dezembro daquele ano até setembro de 1999, parada por falta de recursos.

**Tempo de construção**

"A partir daí, tivemos apenas seis meses para concluir a construção", disse o comandante.

Para Cláudio Mota, o montante de recursos aplicado na nau é compatível com o preço da embarcação. "Uma caravela feita na Inglaterra para lembrar expedições custou muito mais caro. E olha que uma caravela tem pelo menos 10 metros menos que uma nau", afirmou Mota.

Construída em madeira e fibra de vidro, a réplica da nau capitânea de Cabral tem 28 metros de comprimento e oito de largura. Pode atingir uma velocidade de oito nós (cerca de 12 km/h) e está equipada com dois motores de 285 HP.

O projeto foi desenvolvido pelo Clube Naval do Rio de Janeiro, com consultoria do arquiteto naval francês Henri Schomoff.



A nau volta ao porto de Aratu, em Salvador, após detectar problema na amarração dos mastros

## Comissão da Câmara vai debater ação

da Sucursal de Brasília

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara vai realizar uma sessão depois de amanhã para discutir a repressão a manifestações de índios durante a comemoração dos 500 anos do Descobrimento, em Porto Seguro (BA).

O presidente da comissão, deputado Marcos Rolim (PT-RS), disse que os ministros José Gregori (Justiça) e Alberto Cardoso (Segurança Institucional) foram convidados, mas não confirmaram presença.

"Estamos esperando que os ministros venham explicar o que ocorreu. O governo deve explicações à população", afirmou. O deputado disse que tem informações de PMs da Bahia de que a ordem para reprimir a marcha dos índios foi do Palácio do Planalto.

Segundo ele, vão participar da reunião o presidente demitido da Funai (Fundação Nacional do Índio), Carlos Frederico Marés, o bispo dom Tomás Balduino (da Comissão Pastoral da Terra) e o procurador da República na Bahia Márcio Andrade Torres.

"Esse fato cria um precedente gravíssimo. Houve violação de direitos, com prisões arbitrárias. Foi uma ação abusiva e totalmente despropositada", disse Rolim.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a elogiar a ação. "A PM da Bahia agiu com ponderação e com toda a calma para evitar um conflito maior, que seria desmoralizante para o Brasil porque envolveria figuras de governadores, do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente de Portugal."